



<http://dx.doi.org/10.30681/issn23163933v28n01/2020p211-237>

A NOMEAÇÃO DA CIDADE EM LIBRAS: UMA ABORDAGEM ENUNCIATIVA

LA NOMINATION DE LA VILLE DANS LA LANGUE DE SIGNAL BRÉSILIENNE: UNE APPROCHE ENUNCIATIVE

Marta de Paula Vieira de Paula Vieira¹
Nilce Maria da Silva²

Recebimento do texto: 14/10/2019
Data de aceite: 10/11/2019

RESUMO: Este artigo foi desenvolvido a partir da dissertação de Mestrado Profissional em Letras - ProfLetras - Cáceres/MT da Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT, que apresenta uma proposta didático-pedagógica desenvolvida com os alunos surdos do 9º ano da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Marechal Rondon, em Vilhena/RO. O projeto objetiva a nomeação, em Língua Brasileira de Sinais/Libras, de locais da cidade de Vilhena e como produto deste trabalho, a produção de um glossário. Pelo viés dos estudos semântico-discursivos, a pesquisa fundamenta-se na Semântica do Acontecimento, de Eduardo Guimarães, em articulação com a Análise de Discurso, instituída por Michel Pêcheux, na França, e Eni Orlandi, no Brasil, e com a História das Ideias Linguísticas. O objetivo desse trabalho é criar condições para que o aluno conheça os sinais dos locais da cidade de Vilhena, já consolidados pela comunidade surda, e nomeie os locais da cidade que ainda não possuem um sinal em Libras.

PALAVRAS CHAVE: Nomeação; Semântica do Acontecimento; Análise de Discurso; Libras.

RÉSUMÉ: Cet article a été élaboré à partir de la thèse de Master professionnel en lettres - ProfLetras - Cáceres / MT de l'Université d'État de Mato Grosso / UNEMAT, qui présente une proposition didactique-pédagogique élaborée avec les élèves sourds de la 9e année de l'École primaire élémentaire. et le milieu de terrain Marechal Rondon, à Vilhena / RO. Le projet vise à nommer, en langage des signes brésilien / Libras, des lieux de la ville de Vilhena et, en tant que produit de ce travail, la production d'un glossaire. Basée sur des études sémanto-discursives, elle s'appuie sur Semântica do Acontecimento d'Eduardo Guimarães, associée à l'analyse du discours, instituée par Michel Pêcheux en France et Eni Orlandi au Brésil, et avec História das Ideias Linguísticas. L'objectif de ce travail est de créer les conditions permettant à l'étudiant de connaître les signes des lieux de la ville de Vilhena, déjà consolidés par la communauté des sourds, et de nommer les lieux de la ville qui n'ont pas de signe en Libras.

Mots-Clés: Dénomination; Semântica do Acontecimento; Analyse de Discours; Libras.

¹ Doutoranda em Linguística do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT- Cáceres e Mestra em Letras, pelo Programa de Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS, Unidade UNEMAT/Cáceres.

² Doutora e docente do Programa de Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS – da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT- Cáceres.





A nomeação

a resistência e a mudança estão inscritas na própria natureza da linguagem, não sendo jamais determinadas por vontades individuais ou movimentos de consciência. não se pode fazer da língua nem uma arma, nem um alvo; sua materialidade não permite, pois nos escapa e atravessa, historicamente. (FEDATTO).

Os nomes das ruas da cidade de Vilhena são aprovados pela Câmara dos Vereadores, segundo a Lei Orgânica do Município de Vilhena-ROⁱ, que regulamenta essa matéria. A decisão de quais serão esses nomes, nem sempre parte dos vereadores, pois a comunidade pode fazer sugestões, considerando, por exemplo, nomes de pessoas que foram importantes para a comunidade e que se deseja homenagear. O Art. 1º da Lei nº 12.781, de 10 de janeiro de 2013, reza que:

Art. 1º É proibido, em todo o território nacional, atribuir nome de pessoa viva ou que tenha se notabilizado pela defesa ou exploração de mão de obra escrava, em qualquer modalidade, a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da administração indireta. (BRASIL, 2013).

Em Vilhena, a Lei Orgânica do Município apresenta as atribuições da Câmara dos Vereadores. Esta Lei, de 28 de março de 1990, no art. 40, Inciso XVI, diz que é da competência da Câmara “criar, alterar ou autorizar a denominação de próprios, vias e logradouros públicos” e no Art. 155 que “Os logradouros, vias públicas e próprios do Município só



poderão receber nomes de pessoas falecidas que prestaram relevantes e notórios serviços à comunidade. (Emenda nº 019, de 10/11/98)”.

Guimarães (2002, p. 43) diz que

Os nomes de ruas e logradouros públicos em geral se nos apresentam principalmente por seu aspecto cotidiano. Ou seja, são nomes que usamos no nosso dia a dia por razões práticas como encontrar a casa de alguém, uma loja, mandar uma carta, etc. estes nomes estão presentes para nós por uma estabilidade cotidiana do endereço.

Há nomes que são comuns em todo território nacional como Tiradentes, Marechal Deodoro, Getúlio Vargas, Dom Pedro II, Tancredo Neves e outros. É comum também que os logradouros das cidades recebam nome de ex-políticos locais ou nacionais, bem como artistas, cientistas, religiosos.

Mas nem todos os nomes de ruas são atribuídos às pessoas. Em Vilhena, por exemplo, há bairros inteiros que são nomeados com os nomes dos estados do Brasil. Outro, com nomes de flores da flora brasileira. São nomeadas também se referindo a animais, minerais, características presentes no ambiente, e outros.

Há também nomes de ruas que estão ligados às datas históricas ou eventos importantes, tanto em nível nacional, como também local. Em Vilhena há as avenidas 7 de Setembro, 15 de Novembro, 1º de Maio e outras. Muitas ruas são nomeadas com numerações. Há também a numeração como método de organização, em que a numeração precede a nomeação. Nos bairros mais novos ou ao se estabelecer um novo



loteamento, as ruas e avenidas recebem números de acordo com sua localização e posteriormente vão sendo nomeadas. Como exemplo, citamos dois novos loteamentos particulares: no loteamento *Praças de Vilhena* as ruas e avenidas foram nomeadas com nomes de pássaros e no *Solar de Diamantino* foram nomeadas com nomes de peixes. Nesses casos, ao oficializar o loteamento junto à prefeitura, a nomeação também precisa ser aprovada junto com a autorização do loteamento. Caso haja desaprovação segue a nomeação padrão da prefeitura, como nos casos dos loteamentos públicos. Nessa circunstância, o espaço loteado recebe um número de setor, como por exemplo, *Setor 15*. Assim todas as ruas e avenidas desse setor passam a ser nomeadas a partir do número 15. Assim temos, nesse setor as ruas 1501, 1511, 1530. Após a constituição desse espaço com seus habitantes bem como as documentações legais, serviços públicos (energia, água, pavimentação), comércios, igreja, áreas de lazer vão sucedendo as indicações, por parte da população ou dos vereadores, para os nomes de bairros e das ruas. Lemos em Guimarães (2002, p. 49) que

Os números como nomes de rua talvez sejam o único caso em que a nomeação da rua é a enunciação primeira. [...] Assim o nome da rua como número é o índice da fronteira entre o urbano e o não urbano. O urbano é a perspectiva de que a rua passe a ter um nome e não só um número que a localize. Esta enunciação indica para uma enunciação futura que substituirá o número. O que em verdade é ainda uma relação entre duas enunciações.

Dias (2016), ao nos falar das várias perspectivas de abordagem de um nome, nos sugere duas: o referencial e a formação. Há uma





diversidade de referenciais que sustentam a significação dos nomes, uma delas é a ocupação territorial. O nome baliza aproximações ou distanciamentos simbólicos. O enunciado, na nomeação, é fruto do acontecimento da enunciação. Os nomes abrigam construções históricas, atividades econômicas, posição geográfica, homenagens a personagens políticos, como exemplo da Escola Marechal Rondon; os acidentes geográficos como Avenida Beira Rio.

Fedatto (2013, p. 120) explica que

[...] a língua dos nomes de rua é estabelecida por um jogo de forças entre as políticas das diferentes línguas que concorrem no território por meio de um processo pelo qual o colonizador busca dar sentido ao que se encontra opaco. Hoje, sendo o Brasil, uma nação independente, a memória imputada aos nomes passa pela necessidade de construção de raízes de uma tradição nacional. O funcionamento do nome de rua materializa, portanto, uma tensão entre a necessidade cotidiana de localização na cidade e uma injunção político-institucional que projeta saberes e desígnios no espaço nacional.

A origem e o porquê dos nomes sempre suscitou minha curiosidade, como a de muitos alunos. Não é raro, em uma conversa com um surdo ele perguntar sobre o porquê de certa nomeação. Como explicitarei nos textos anteriores, ao projetar a intervenção, bem como o produto do mestrado, eu quis fazer uma atividade com alunos surdos.

A nomeação é um acontecimento de linguagem, que, no seu funcionamento enunciativo, passa a dar existência histórica àquilo que foi nomeado. Pela perspectiva da Semântica do Acontecimento





(GUIMARÃES, 2002), é possível analisar a construção dos sentidos das nomeações dos locais da cidade de Vilhena feitas alunos pelos surdos, em Libras, dos locais já nomeados oficialmente em língua portuguesa, procurando compreender os discursos que são evidenciados no confronto das línguas.

Hayashida e Oliveira (2016, p.164) nos dizem que

Nos vãos abertos pelo funcionamento da linguagem as enunciações que enunciam esses nomes produzem efeitos de sentidos que os colocam à deriva, possibilitando desse modo deslocamentos de sentido que significam o lugar. As palavras, as expressões nessas enunciações que nomeiam o município fazem parte de formações discursivas em que se inscrevem, que por sua vez reverberam sentidos das formações ideológicas de uma dada conjuntura, para uma dada posição de sujeito. No processo de historicização dos sentidos para o município e para os sujeitos, no acontecimento de sua nomeação, comparece uma multiplicidade de sentidos inscritos na formação discursiva religiosa, política e administrativa.

Orlandi (2004, p. 11) nos alerta que “Para nossa época, a cidade é uma realidade que se impõe com toda sua força”. A cidade se comunica, também, pela escrita. Na cidade convivem diferentes línguas em diferentes materialidades e é nesse espaço em que se situa a escola. E é também na escola que os alunos surdos circulam provocando estranheza com sua língua. Fedatto explica que



tanto a língua quanto a cidade são, conceitualmente, uma tentativa de compreender o funcionamento do *mesmo* nas manifestações do *diferente*. é por essa via que o estabelecimento de tipologias se torna interessante. (FEDATTO, 2013, p. 79).

Como dito anteriormente, a Libras é a língua da comunidade surda brasileira e é por ela que se dá a aprendizagem e a interação. Trata-se, portanto, de uma língua que está presente na cidade e circula nos espaços em que estão os surdos. A Libras não se restringe, entretanto, apenas a interação surdo com surdo, ela está presente também nos programas eleitorais, sessões da Câmara Municipal, igrejas, cinema com janelas em Libras. Supõe-se, portanto, a presença de duas línguas. Em Rodríguez-Alcalá (2011, p. 244) lemos que

Conceber a cidade como espaço simbólico permite precisamente compreender o *mundo* em termos de espaço político e histórico de vida humana, questionando as evidências pelas quais ele se apresenta como espaço natural, independente e anterior aos sujeitos que o habitam e o significam.

Importante observar que na instituição Escola são estabelecidas e mantidas as relações hierárquicas entre os lugares sociais. É dentro da escola que circulam inúmeros enunciados, ditos de muitas e diversas posições-sujeito. Também dentro das escolas, tais enunciados se encontram e entram em conflito. Lemos em Sobrinho e Branco (2011, p. 194) que



O jogo ideológico que se instala na Escola dissimula, sob a forma de informação conscientizadora, efeitos de sentido sobre a língua do aluno e sobre o 'dialetto de prestígio'. Efeitos de sentido que resultam do jogo político da língua na história e na sociedade, mas que se apagam enquanto interpretações. Desse modo, a Escola funciona, pela ideologia da informação, como espaço de dominação. Isso não se dá, contudo, sem falhas. Alunos e professores resistem à dominação. Historicizam-se, também, nos desvãos, nos interstícios da ideologia dominante. Deliram.

Em Guimarães (2002, p. 17), lemos que o espaço da enunciação é político

Ele (o político) se constitui pela contradição entre a normatividade das instituições sociais que organizam desigualmente o real e a afirmação de pertencimento dos não incluídos. O político é a afirmação da igualdade, do pertencimento do povo ao povo, em conflito com a divisão desigual do real, para redividi-lo, para refazê-lo incessantemente em nome do pertencimento de todos no todos.

São diversas as posições-sujeito que, balizadas em diferentes interdiscursos, constituem os espaços de enunciação das Instituições, nas quais circulam discursos normativos. No entanto, essas diversas posições-sujeito permitirão que os materiais simbólicos tenham diversos efeitos de sentido. E isso ocorre, porque a linguagem é incompleta e não é transparente, além de as posições-sujeito serem interpeladas ideologicamente de maneiras diferentes. É devido a diversidade de posições-sujeito, dentro das Instituições, que diversas formulações são colocadas em disputa, negociações e conflitos. Assim, o efeito de sentido,





para o objeto simbólico, também será diverso.

Fedatto (2013, p. 25) diz que

por sua existência material e também pelos discursos sobre a sua constituição, as cidades configuram lugares no imaginário social que produzem uma *ambiência* talhada pelo trabalho da memória, um *lugar encarnado*: que tanto habita o corpo dos sujeitos e dos sentidos quanto se deixa habitar por eles.

Ao escolhermos a cidade para o trabalho com os alunos surdos, pensamos a língua e também a ambiência, tomados pela história.

a ambiência, como *meio material onde se vive*, nos envolve, invade, entorna, suporta a existência. podemos pensá-la, então, como um meio que concentra materialmente a memória, como um espaço que, ao se textualizar, deixa pistas de uma autoria da cidade e arquiva uma história que acontece cotidianamente, como uma memória a céu aberto, em carne viva, resvalo em tinta fresca. (FEDATTO, 2013, p. 26).

Propor e propiciar condições de produção para que os alunos tivessem liberdade para criar, nomear, conhecer a língua através do glossário e não apenas estarem sujeitos ao ensino do professor é possibilitar que o aluno tenha compreensão de que a língua não pode ser considerada como mero instrumento de comunicação ou transmissão de informação, mas compreender, como nos filiamos, discursivamente, que a língua é a mediação necessária entre o homem e a realidade que o cerca. (ORLANDI, 1999).

Propomos a nomeação com os alunos a partir de diversas





atividades desenvolvidas em sala de aula, dentre elas, produzimos, reescrevemos e refizemos uma tabela no quadro, como os nomes dos locais, escritos em língua portuguesa e fomos repetindo os sinais conhecidos e outros que eu havia pesquisado junto à comunidade surda, e ia apresentando aos alunos esses sinais pesquisados. Essa atividade demandou bastante tempo e pesquisa, pois os alunos desconheciam muitos sinais. Os sinais de escola eram os mais conhecidos por eles. Porém, mesmo localizando as instituições financeiras, religiosas e comerciais, eles desconheciam o sinal próprio dessas instituições e apenas soletravam.

Compreendemos, pela Análise de Discurso, que o sentido é uma relação determinada do sujeito afetado pela língua, com a história. Essa relação é realizada pelos gestos de interpretação que o sujeito faz com a língua, com a história e com os sentidos. Esta é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade: não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados pela língua. (ORLANDI, 2012, p.47).

Nomear é um ato linguístico-social básico que nos permite falar sobre as coisas do mundo. A *nomeação* é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome [...]. (GUIMARÃES, 2005, p. 9). Cada povo nomeia em sua própria língua. Os surdos nomeiam em Libras. Nomear é identificar, sendo o ato de nomeação um processo de identificação social. A Libras proporciona ao surdo a possibilidade de nomeação de lugares, contudo características peculiares como sua natureza gestual-visual



mobilizam diferentes discursos, provocando nessas nomeações deslizamentos de sentidos. Guimarães (1995, p.70) nos diz que

Não é um locutor que coloca a língua em funcionamento [...]. A língua funciona na medida em que um indivíduo ocupa uma posição sujeito no acontecimento, e isto, por si só, põe a língua em funcionamento por afetá-la pelo interdiscurso, produzindo sentidos.

Em muitos casos no primeiro contato do surdo para saber o nome de pessoa ou para saber o nome de um lugar, usa-se a datilologia (ou soletração) em língua portuguesa, (consideremos o surdo alfabetizado) para apresentação. Em outras situações, no diálogo, os sinais, já convencionados pela comunidade surdos, são apresentados e utilizados, sem a necessidade de relacionar com o nome em língua oral. Assim como ocorre com os sinais-nomes das pessoas, o local também receberá um sinal que será convencionado pela comunidade surda, a nível local (como nas pequenas localidades, interioranas) ou até mesmo nacional (como as capitais). Aos sinalizar os surdos podem observar um aspecto cultural, costumeiro ou a geografia do local e pode também ser empréstimoⁱⁱ da língua oral, utilizando as iniciais da palavra em língua oral, ou apenas uma letra do nome da localidade em língua portuguesa. (SOUZA JÚNIOR, 2012).

O contato entre as línguas desencadeia empréstimos lexicais, como consequência natural da necessidade de se comunicar e de se forjar neologismos, e, não obstante, de também denominar lugares. Na língua de sinais esses empréstimos ocorrem na maioria das vezes





no uso da datilologia ou soletração alfabética manual.
(SOUZA JÚNIOR, 2012, p.58)

Assim para os atos de nomeação, o surdo utiliza-se da produção de sinais que obedecem a restrições nas combinações entre seus elementos, determinados pelos parâmetrosⁱⁱⁱ da Libras. A presença do alfabeto manual (que também são configurações de mão) pode ser observada em soletrações exatas como a cidade de Jarú (J-A-R-U) e soletração parcial, como na escola Paulo Freire (PF) e na Igreja Adventista do Sétimo Dia (A7).

As distintas maneiras de se referenciar um local podem ser vistas num primeiro contato do surdo com um local, mas ao sinalizarem, as especificidades da Libras entram em funcionamento.

É importante lembrar que sempre que um sinalizador conhecer um sinal que nomeia um lugar, o nome será apresentado por meio de soletração integral pelo menos uma vez, se houver alguma dúvida sobre o nome, ou se o local que está sendo mencionado pela primeira vez é ou não é um local. (SUTTON-SPENCE e WOLL, 2006, p. 233).

Ao sinalizar um local pela primeira vez, o surdo observa as referências visuais, da história e da língua. O ato de nomear, em Libras, ocorre por outro funcionamento linguístico. Consideramos referência “como a particularização de algo na e pela enunciação”. (GUIMARÃES, 2005, p. 9). Podemos nos referir porque as coisas são significadas e não simplesmente existentes. Fedatto (2013, p. 111) nos diz que



o nome está no lugar do objeto, não como uma sua representação, mas como uma fundação. diremos que nomear é dar existência simbólica às coisas, porquanto, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que parece difícil afirmar que o mundo é criado no momento de sua nomeação, é o nome que o faz existir para o mundo da linguagem. e existência concreta, fora da linguagem ou do pensamento, embora incontornável, é insuficiente para o sujeito de linguagem. antes da palavra, as coisas existem, mas nos são inacessíveis, pois o nome desenha fronteiras e organiza o mundo, criando distinções e inexistências.

Retomamos Souza Júnior (2012, p.58) que considera que

As Línguas de Sinais apresentam uma maneira distinta de nomear, uma vez que o referente, nomeado em um sistema linguístico de modalidade oral/auditivo, recebe uma nova atribuição de natureza sinalizada. Alternativamente, um nome próprio, pode ser emprestado de uma língua oral para uma língua de sinais por meio de uso da transliteração do nome próprio pelo o alfabeto manual, também chamado datilológico. Contudo, geralmente um referente para um acidente geográfico (estado, cidade, país, bairro, rua etc.), ao ser incluído no cotidiano linguístico da comunidade surda, recebe um “sinal”, que correferencia o indivíduo ou o lugar, em substituição ao nome próprio original e sua datilologia. (SOUZA JUNIOR, 2012, p.20)

Quando o sujeito surdo nomeia, ele não se apropria da língua, mas a coloca em funcionamento. Ao ocupar posição no acontecimento da nomeação, o sujeito surdo, afetado pelo interdiscurso, produz sentidos outros. São os efeitos de sua enunciação, ou seja, são os efeitos do



interdiscurso constituídos pelo funcionamento da língua no acontecimento.

Em Eduardo Guimarães (1995, p.70), lemos que

A enunciação é, deste modo, um acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso, que se dá como espaço de memória no acontecimento. É um acontecimento que se dá porque a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso. É, portanto, quando o indivíduo se encontra interpelado como sujeito e se vê como identidade que a língua se põe em funcionamento.

Assim o sentido não é o efeito da circunstância enunciativa, nem é só memória. O sentido são efeitos de memória e do presente do acontecimento: posições de sujeito, cruzamento de discursos no acontecimento. (GUIMARÃES, 1995). Quanto à noção desse sujeito enunciador, Orlandi (2012, p. 49) nos diz que

Atravessado pela linguagem e pela história, sob o modo do imaginário, o sujeito só tem acesso a parte do que diz. Ele é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se não se submeter à língua a à história ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos.

Para compreender o processo de significação é necessário considerar as condições de produção, que são determinantes, e envolvem os sujeitos, situação e memória discursiva. Trata-se das condições imediatas da enunciação, como lugar, suporte e sujeito; e também ao



contexto sócio-histórico e ideológico. Considerando a ideologia, tal como concebida pela Análise de Discurso, o principal efeito ideológico é a constituição do sujeito. É na interpelação do sujeito pela ideologia que a discursividade é constituída. A inscrição da língua na história é apagada, o e o sujeito tem a sensação de que os sentidos são evidentes e que ele é a origem do que diz. Esse processo, para surdos e ouvintes, traz a ilusão de que a linguagem é transparente. Entretanto, a linguagem, os sentidos e os sujeitos não são transparentes: são constituídos simultaneamente, em suas materialidades, pela língua, história e ideologia. (ORLANDI, 2012).

Durante as atividades de coleta e seleção das listas de palavras para o glossário, percebíamos como dito por (Guimarães, 2005, p. 22) que

Falar é assumir a palavra nesse espaço dividido de línguas e falantes. É sempre assim, uma obediência e/ou uma disputa. [...] A enunciação se dá por agenciamentos específicos da língua. No acontecimento o que se dá é um agenciamento político da enunciação. No embate entre línguas e falantes, próprios dos espaços de enunciação, os falantes são tomados por agenciamentos enunciativos, configurados politicamente.

Exemplificamos com o gesto de nomeação da Avenida Major Amarante, localizada no centro da cidade. Trata-se de uma das primeiras e mais importantes avenidas de Vilhena, por sua localização, comércios e agências bancárias. A lei 8.325/82 denomina a nomeação da avenida Major Amarante em homenagem ao militar do exército brasileiro, engenheiro, geógrafo, cartógrafo, explorador e sertanista major Emmanuel Silvestre do Amarante que era genro do patrono de Rondônia, marechal



Cândido Mariano da Silva Rondon. Major Amarante integrou a comissão Rondon e participou das expedições de construção da Linha Telegráfica Estratégica de Mato Grosso ao Amazonas. (LIMA, 2015).

A avenida não tinha sinal próprio em Libras. Quando os surdos referem-se a ela, soletram o nome, via datilologia, indicam como a avenida do centro; a segunda após a BR; indicam algum comércio que há na avenida; referem-se à avenida que tem duas praças ou a referenciam localizando com alguma agência bancária (exceto uma agência bancária, todas as outras situam-se na avenida Major Amarante). Entretanto, em pesquisa com uma professora surda, ela informou que o sinal da avenida não é “Avenida dos Bancos”, trata-se apenas de uma das referências.

Considerando a ausência desse sinal uma aluna, Y.C, ao ser indagada se conhecia o sinal da referida avenida, sinaliza (interrogando), no antebraço, as letras M e A, demonstrada na Fotografia 5. As letras, embora iniciais da avenida, em língua portuguesa, também são configurações de mão, um dos parâmetros da Libras. Ao sinalizar a aluna o faz em um espaço, no antebraço, utiliza certo movimento (da esquerda pra direita). Portanto é um modo de nomear. É um sinal criado para avenida. É a nomeação da avenida em Libras.



Fotografia 1. Avenida Major Amarante.



FONTE: Produzido pela autora (2017)

A Libras se dá no mesmo espaço de enunciação da Língua Portuguesa, mas não é a mesma língua. É um espaço de embate, de disputa. E nesse embate, os sujeitos surdos podem enunciar em Língua Portuguesa quando soletram todo o nome do lugar, a depender das condições, do sujeito outro da interação; e os surdos enunciam em Libras quando sinalizam a partir da estrutura própria da Libras.

É comum, portanto, o empréstimo da língua oral, utilizando o alfabeto manual, especialmente em interações linguísticas que não tem ainda um sinal para um determinado conceito. Souza Júnior (2012) pontua que assim como ocorre para os sinais-nome, os surdos observam características físicas, comportamentais para nomear os lugares.

Os nomes próprios dos lugares seguem princípios semelhantes. Um local, seja país, cidade, escola, ou uma rua, pode gerar um neologismo quando é incluído no contexto linguístico e social dos utentes. A princípio, quando um acidente geográfico físico ou



humano não possui um sinal próprio a soletração manual serve como recurso linguístico para referência e logo pode ser lexicalizado como um empréstimo ou substituído por um sinal específico. (SOUZA JÚNIOR, 2012, p.29)

E nesse sentido, a língua de sinais vai se expandindo, já que muitos conceitos necessitam de novos sinais. Em estudo sobre Processo de Expansão Lexical da Libras, as autoras apontam sobre esse momento de criação de novos sinais em Libras, argumentando que

há necessidade de se desenvolver ferramentas de estudo e pesquisa para que o aluno possa dialogar com os sentidos produzidos em um idioma com o qual não se sente familiarizado. No Brasil, houve um aumento de estudantes surdos no Ensino Superior e essa demanda tem exigido uma formação bilíngue para atender as necessidades de leitura em português e também de interpretação e tradução de textos acadêmicos para Libras. Os sujeitos envolvidos nesse processo se veem desafiados a criar itens lexicais em Libras que deem conta do universo conceitual correspondente às diferentes áreas curriculares dos vários cursos em que ingressam. (FAVORITO et al, 2012, p. 91-92)

Tanto no ensino superior quanto na educação básica, a criação de glossários faz-se necessário e tem se expandido, devido à necessidade dos sujeitos envolvidos nos processos educacionais para compreender os conceitos de várias áreas do conhecimento. Para as autoras, as listas de palavras não são suficientes para atender as necessidades de tradução e interpretação sendo “desejável contar com o apoio de dicionários terminológico específicos das áreas” (Idem) de conhecimento. Portanto,





não se trata apenas de tradução. É necessário explicitar, criar condições para compreender os discursos, e também permitir que o surdo faça outras leituras. A língua continua sujeita a falhas e equívocos, mesmo nos processos que envolvem a tradução e interpretação. O sentido não pode ser qualquer um, sempre pode ser outro.

Retomamos aqui, conforme Orlandi (2009) que produzir sentidos é sempre uma relação de repetição, já que como sujeitos da história e da ideologia, repetimos pela memória discursiva dizeres já formulados e “esquecidos”. Ao enunciar, ao nomear, os alunos são interpelados pela ideologia, para produzirem sentidos. As posições discursivas são determinadas pelas condições de produção em que se dá a enunciação. Por estar em uma sala de aula, numa aula de Língua Portuguesa e nomeando para a professora, a aluna na relação da língua portuguesa com a língua de sinais, sinaliza o nome/sinal da Avenida.

Ao sugerir/propor, a nomeação de alguns desses espaços (especialmente ruas e bairros) os alunos não se sentiram confortáveis em fazê-lo. Percebemos que a possibilidade de dizeres dos alunos é sempre marcada pela história de outros dizeres. Lemos em Guimarães (2005, p.22) que

Falar é assumir a palavra nesse espaço dividido de línguas e falantes. É sempre assim, uma obediência e/ou uma disputa. [...] A enunciação se dá por agenciamentos específicos da língua. No acontecimento o que se dá é um agenciamento político da enunciação. No embate entre línguas e falantes, próprios dos espaços de enunciação, os falantes são tomados por agenciamentos enunciativos, configurados politicamente.



As sequências discursivas dos alunos são dizeres autorizados a partir de suas posições no funcionamento da instituição Escola. São papéis institucionalizados que vão se naturalizando, para alunos e professores. Ao professor é legitimado e autorizado o saber, porém essa autorização não é dada ao aluno. As imagens de autoridade da professora (e dos professores surdos, mesmo não presentes fisicamente na sala de aula, mas consultados por mim para conhecimento dos sinais), estabilizam as relações de poder, separando o surdo adulto escolarizado que sabe, e o aluno surdo que ainda não sabe. Tratam-se das formações imaginárias que a escola estabiliza e, conseqüentemente, determinam o funcionamento discursivo dos alunos.

Para a Análise de Discurso, o sujeito discursivo é definido pela sua posição-sujeito na cadeia do discurso, a partir da qual ele fala. Cada sujeito tem um lugar social e uma posição, sendo o modo como ele ocupa essa posição inacessível a ele, pois ele não tem consciência do interdiscurso que o constitui. A partir da posição-sujeito, Orlandi (2012, p. 39-40) define a noção de relação de forças:

Segundo essa noção, podemos dizer que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. Assim, se o sujeito fala a partir do lugar de professor, suas palavras significam de modo diferente do que se ele falasse do lugar do aluno. O padre fala de um lugar em que suas palavras têm uma autoridade determinada junto aos fiéis etc. Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na “comunicação”. A fala do professor vale (significa) mais do que a do aluno.



Orlandi esclarece que atravessado pela linguagem e pela história, sob o modo do imaginário, o sujeito só tem acesso a parte do que diz. Ele é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e sujeito à. Temos assim a imagem da posição sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?) mas também a imagem da posição-sujeito interlocutor (quem é ela para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim?), e também a do objeto do discurso (do que estou lhe falando, do que ele me fala?). É, pois, todo um jogo de palavras que preside a troca de palavras. (ORLANDI, 2012, p.40).

É necessário considerar que, em Língua Portuguesa, “as cenas enunciativas da nomeação das ruas se dão no espaço enunciativo da Língua Oficial do Estado, da língua Nacional”. (GUIMARÃES, 2005, p. 47). Essas nomeações se relacionam com outros dizeres: nomes de pessoas, datas. “A enunciação dos nomes de ruas é sempre uma enunciação a partir de outra enunciação” (Idem). Ao solicitar/sugerir que os alunos nomeassem a cidade, os alunos percebem nos enunciados das nomeações o funcionamento da História. São nomeações marcadas pelo heroísmo, de pessoas e datas. O não dizer de certos nomes também marca a exclusão. As nomeações, normalmente, não incluem os excluídos.^{iv}Júlio Olivar, jornalista, escritor e superintendente de turismo do estado de Rondônia, conta que à exceção das homenagens nas nomeações de Vilhena marcados pela ausência dos excluídos, temos a nomeação da Avenida José do Patrocínio. Homônimo de José Carlos do Patrocínio, farmacêutico, jornalista, escritor, orador e ativista político brasileiro que se destacou como uma das figuras mais importantes dos movimentos



Abolicionista e Republicano no Brasil, José do Patrocínio, morador vilhenense, era funcionário da prefeitura de Vilhena e, segundo Olivar, no início dos 80, abriu diversas ruas do centro da cidade “na enxada”, inclusive a rua que recebeu seu nome. Entretanto, tal homenagem, que inclui um excluído, que representa os trabalhadores que impulsionaram o povoamento e organização da cidade nos primórdios de sua constituição, é silenciado, pela dificuldade de acesso aos registros, tanto na imprensa, como Prefeitura e Câmara e também pelos diversos discursos que circulam na cidade e que atribuem a nomeação como homenagem a José do Patrocínio, o Abolicionista.

Quando sugerimos ao aluno surdo nomear as ruas da cidade, estávamos certas de que ele iria, a partir das condições e da interação com outros surdos, ali no espaço da escola, nomear o espaço da cidade ainda não sinalizado. Considerando suas posições no funcionamento da instituição Escola, os alunos não se sentem aptos e autorizados a nomear. O aluno surdo, muitas vezes segregado pela diferença linguística, também se vê segregado na cidade. A escola, muitas vezes, é o único espaço em que a língua de sinais circula. Nesses espaços da cidade em que circula apenas língua portuguesa, oral e Oficial, o surdo se vê silenciado. “Se o contato é entre sujeitos não é menos um contato entre línguas” (ORLANDI, 2009, p. 12). Assim, se nesse espaço, a língua de sinais não circula, também esse espaço não lhe pertence.

Em busca da compreensão da noção de pertencimento, encontramos em Orlandi (2011, p. 22) que há dois movimentos distintos e



inseparáveis que indicam os processos de individuação do sujeito contemporâneo.

Um primeiro movimento em que temos a interpelação do indivíduo em sujeito, pela ideologia, no simbólico, constituindo a forma-sujeito-histórica. Em seguida, com esta forma-sujeito histórica já constituída dá-se então o que consideramos como modo de individuação do sujeito. [...] a forma-sujeito-histórica moderno é a forma capitalista caracterizada como sujeito jurídico, com seus direitos e deveres e sua livre circulação. As formas de individuação do sujeito pelo Estado, estabelecidas pelas instituições, resultam em um indivíduo ao mesmo tempo responsável e dono de sua vontade. É o sujeito individuado, de natureza sócio-histórica ideológica, indivíduo já afetado pela língua e pela ideologia que se identifica pela sua inscrição nas diferentes formações discursivas, de que resultam distintas posições sujeito, relativamente às formações sociais. Assim, a noção de sujeito individuado não é psicológica mas é política, ou seja, a relação indivíduo-sociedade é uma relação política. [...] nenhum dos elementos que a constituem pode ser pensado sem os demais.

Há em todo sujeito uma necessidade de laço social que sempre estará presente ainda que ele viva em situação absolutamente desfavorável. Ao individuar-se, ao mesmo tempo identifica-se e projeta-se em uma posição-sujeito, na sociedade, representando-se como parte do grupo a que “pertence”.

Ainda em Orlandi (2011, p. 23) dizemos que

na perspectiva discursiva que o efeito de pertencer ao grupo é uma das ilusões que o liga a suas condições sociais de existência. E mais do que símbolos comuns é o imaginário que solda o grupo. A metáfora do grupo-





corpo acalma a angústia da cisão do sujeito. O que é uma denegação também da diferença entre o sujeito singular e o grupo.

Nesse imaginário de pertencimento a um grupo é que analisamos as atividades de nomeação de ruas, lugares, desenvolvidas com alunos surdos. Assim, no discurso não está a presença física do sujeito, mas a representação de lugares determinados por formações imaginárias, que significam.

Referências

DIAS, Luis Francisco. Nomes de cidades de Mato Grosso: uma abordagem enunciativa. In: KARIM, Taisir Mahmudo et al (Org.). **Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras** – Um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso. Campinas, SP: Pontes, 2016. p. 33-50.

FEDATTO, Carolina Padilha. **Um saber nas ruas**: O discurso histórico sobre a cidade brasileira. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

FELIPE, Tanya Amaral. **Libras em contexto**: Curso básico: Livro do estudante. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas, SP: Pontes, 1995.

_____. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo designativo. Campinas: Pontes, 2005.





_____. **Designação e espaço de enunciação:** um encontro político no cotidiano. In: Letras nº 26 - Língua e literatura: Limites e fronteiras. Jun. 2003. Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL/UFSM. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11880/7307>>. Acesso em 13 dez. 2016.

_____. Terra de Vera Cruz, Brasil. In: KARIM, Taisir Mahmudo et al (Org.). **Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras:** Um Estudo Semântico-Enunciativo do Mato Grosso. Campinas, SP: Pontes, 2016. p.51-62.

HAYASHIDA, Sandra Raquel de Almeida; OLIVEIRA, Nathaline Amorin. **Santo Antônio de Leverger:** da fundação à constituição do nome de cidade. In: KARIM, Taisir Mahmudo et al (Org.). **Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras:** Um Estudo Semântico-Enunciativo do Mato Grosso. Campinas, SP: Pontes, 2016. p.145-166.

NASCIMENTO, Sandra Patrícia de Faria do. **Representações lexicais da língua de sinais brasileira:** uma proposta lexicográfica. 2009. 290 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de pós-graduação em linguística, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2009. Disponível em<<http://repositorio.unb.br/handle/10482/6547>> Acesso em: 15 set. 2017.

NUNES, José Horta. Silêncio do político no espaço público. In: RODRIGUES, Eduardo Alves; SANTOS, Gabriel Leopoldino dos; CASTELLO BRANCO, Luiza Katia Andrade. (Org.). **Análise de**



Discurso no Brasil: pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas, SP: Editora RG, 2011. p. 37-68.

ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento:** as formas do discurso. Campinas: Pontes, 1987.

_____. **Análise de Discurso:** princípios e procedimentos. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007.

_____. **Língua brasileira e outras histórias:** discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: RG, 2009.

QUADROS, Ronice Müller de. KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira:** estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Carolina. Discurso e cidade: a linguagem e a construção da “evidência de mundo”. In: RODRIGUES, Eduardo Alves; SANTOS, Gabriel Leopoldino dos; CASTELLO BRANCO, Luiza Katia Andrade. (Org.). **Análise de Discurso no Brasil:** pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas, SP: Editora RG, 2011. p. 243-258.

_____. Entre o espaço e seus habitantes: In: Eni Orlandi (Org.). **Para uma enciclopédia da cidade.** Campinas: Pontes, 2003, p. 65-84.

SOUZA JÚNIOR, José Ednilson Gomes de. **Nomeação de lugares na Língua de Sinais Brasileira:** uma perspectiva de toponímia por sinais. 2012. 346 f. Dissertação (Mestrado em linguística) – Programa de pós-graduação em linguística, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2012.

VILHENA. Câmara Municipal. **Lei orgânica do município de Vilhena.** Vilhena, 1998. Disponível em: <<http://vilhena.ro.leg.br/leis/lei-organica-de-vilhena>>. Acesso em: 14 nov. 2017.



VILHENA. Prefeitura Municipal. **História de Vilhena**. Vilhena, 2015.

Disponível em:

<<http://vilhena.ro.gov.br/index.php?sessao=b054603368ncb0&id=1501>>.

Acesso em: 4 set. 2016.

ⁱ Texto constitucional de 28 de março de 1990 com as alterações adotadas pelas Emendas nºs 001/93 a 020/98.

ⁱⁱ A Libras dialoga com as línguas orais, relacionando-se no campo morfológico e icônico. Com os empréstimos lexicais, a Libras desenvolveu o alfabeto manual, a representação das Configurações de Mão que reproduzem o alfabeto da Língua Portuguesa, constituindo assim a estrutura da DATILOLOGIA, também conhecida como soletração digital. Na língua de sinais este recurso é utilizado principalmente em terminologias desconhecidas, para a soletração de nomes próprios, palavras em destaque, explicar o significado de uma palavra da qual não se conhece o sinal, ou para aguçar o sentido de uma determinada palavra. Há empréstimos do português em que o sinal é produzido com a soletração, embora esta sofra um processo de lexicalização moldando-se às regras da língua de sinais brasileira, tornando-se, portanto, um sinal.

“Soletração manual não é uma representação direta do português, é uma representação manual da ortografia do português, envolvendo uma sequência de configurações de mão que tem correspondência com a sequência de letras escritas do português” (QUADROS; KARNOPP, 2004, p.88).

ⁱⁱⁱ [...] a partir da combinação do movimento das mãos com um determinado formato em um determinado lugar, podendo este lugar ser uma parte do corpo ou um espaço em frente ao corpo. Estas articulações podem ser comparadas aos fonemas e às vezes aos morfemas, são chamadas de parâmetros, portanto, nas línguas de sinais podem ser encontrados os seguintes parâmetros: configuração das mãos; ponto de articulação; movimento; orientação/ direcionalidade; expressão facial e /ou corporal. (FELIPE, 2004, p. 22).

^{iv} Informação verbal. Entrevista concedida a mim pelo jornalista em novembro de 2017.

O conteúdo deste texto é de inteira responsabilidade das autoras.

